

O Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem a satisfação de disponibilizar para o público mais uma edição da revista (Syn)thesis, o número 2 do volume 7, julho a dezembro de 2014.

O presente dossiê tem como tema “Afro-Américas e Produções Identitárias”. Foi reunido neste número um conjunto de reflexões relacionadas às questões do negro ou étnico-raciais nas sociedades dos continentes americanos. Ao todo são nove artigos versando sobre a diversidade temática que compreende tais questões.

A questão racial tem múltiplas expressões na realidade tão desigual da sociedade latino-americana. Este número pretende elucidar algumas formas de suas manifestações, contribuindo assim para a compreensão ampla, variada e fecunda deste debate.

No artigo intitulado “Adivinhe quem vem para jantar? O imigrante negro na sociedade brasileira”, Elaine Pereira Rocha analisa a imigração negra na sociedade brasileira, comparando a situação dos imigrantes haitianos com aquela vivida pelos caribenhos, em maioria os barbadianos, nos inícios do século XX. Mostra como ainda persiste no imaginário brasileiro a ideia do negro criminoso, indesejado e perigoso, que é uma reminiscência do ideário da segunda metade do século XIX. Diferentemente dos imigrantes europeus, os imigrantes negros ainda hoje enfrentam inúmeras barreiras para inclusão social no Brasil.

No trabalho “A Formação do Papiamento, suas Origens Portuguesas, Africano-Ocidentais e Brasileiras”, Marco Aurelio Schaumloeffel analisa as conexões históricas que contribuíram para a formação do papiamento, uma língua crioula falada nas ilhas caribenhas de Aruba, Bonaire e Curaçao (ABC). Além disso, apresenta as ligações históricas do papiamento com o português e crioulos portugueses estabelecidas através do tráfico de escravos, o qual usava variantes e crioulos do português como *língua franca* de comércio, e através das conexões diretas e indiretas estabelecidas entre as ilhas ABC, a Europa, a África Ocidental e o Brasil.

Luís Cláudio de Oliveira, em “Afirmção de identidade e ação afirmativa entre parentes”, apresenta um estudo em desenvolvimento sobre a construção e a afirmação da identidade étnica das famílias afro-brasileiras, a partir da experiência organizativa da Família Bernardo-Glória-Faustino, da qual é um dos membros. Chama a atenção para o fato de que a mobilização de parentes desse grupo familiar, ao longo de oito anos, através de encontros anuais, tem criado um ambiente favorável à produção de referências positivas da sua história familiar, de fortalecimento dos laços de parentesco e à produção de uma rede de solidariedade. Um ambiente de *empowerment* (empoderamento) desse grupo que se traduz em práticas de ações afirmativas, em paralelo às políticas públicas empreendidas pelas instituições oficiais.

Pesquisando sobre as religiões afro-brasileiras, Cleyde R. Amorim, no artigo “Religiões afro-brasileiras e identidades: interlocções entre antropologia e psicologia social”, discute a construção e representação social das identidades para falar da origem dos preconceitos e estereótipos contra essas religiões, com foco no discurso racista sobre a primitividade que persiste no senso comum, mas que teve origem no discurso acadêmico. Estabelece uma interlocção entre algumas abordagens dos estudos da antropologia

e da psicologia social sobre as identidades e relações sociais, bem como identifica, a partir das observações de campo, uma questão pouco problematizada nessas áreas: a naturalização e a positivação das categorias presentes no cotidiano religioso. Considera o universo religioso das religiões afro-brasileiras um vasto campo de pesquisa com amplas possibilidades de discussão sobre as identidades e as relações sociais pela sua pluralidade.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas de promoção da igualdade racial no atual contexto democrático brasileiro, no trabalho “Igualdade racial e política no Brasil: balanços e desafios”, Renato Ferreira analisa as principais políticas instituídas pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, com ênfase no marco legal das principais normas jurídicas e nas iniciativas do governo federal, como a criação da SEPPIR, o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas nas instituições federais de ensino. Na sua avaliação, tais políticas foram efetivadas como questão de Estado num contexto neo e pós-neoliberal no país, com a chegada de um governo de esquerda que promoveu avanços para criar e começar um processo significativo na promoção da igualdade racial. Portanto, agora, a promoção da igualdade racial no país é uma questão de justiça.

No trabalho “Ações afirmativas, educação superior e NEABs: interseções históricas”, Ahyas Siss discute as políticas de ação afirmativa no contexto da democratização do acesso ao ensino superior brasileiro e da luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais. Aborda estudos no campo das relações étnico-raciais e educação superior brasileira a partir da Lei 10.639/2003 atualizada pela Lei 11.645/2008, ao lado das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no que diz respeito à formação de professores em seus aspectos inicial e continuado, destacando o papel dos NEABs. Destaca a importância da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como a Lei de Cotas, e chama a atenção para a forma subordinada em que estão submetidos os afro-brasileiros nessas políticas de ação afirmativa, tendo em vista que vêm sendo implementadas com uma efetiva subordinação das categorias raça e etnia frente à categoria classe. Afirma que essa democratização não pode ficar circunscrita apenas ao acesso, mas deverá abranger a problemática da permanência com sucesso desse segmento populacional na universidade pública.

Otair Fernandes, no trabalho “O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABs”, reflete sobre a função da intelectualidade negra dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros na luta contra o racismo no processo de transformação da educação brasileira no contexto democrático atual, sobretudo no ensino superior, no período pós-Lei 10639/03, à luz das categorias políticas do pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci, em particular o *conceito de hegemonia*.

No artigo “Turismo e as relações étnico-raciais: perspectivas e possibilidades dos egressos dos cursos de turismo”, Ricardo Dias da Costa busca relacionar os temas da ação afirmativa no cenário dos cursos superiores de turismo, a partir de uma pesquisa exploratória sobre os egressos desses cursos. Ao estabelecer relações entre turismo, educação e relações étnico-raciais, destacando o mercado de trabalho, o autor chama a atenção para a inexistência desta discussão nos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Turismo tirando dos alunos a oportunidade de conhecer esses assuntos durante a sua formação acadêmica.

Em “A história do desenvolvimento do grafite urbano contemporâneo nos Estados Unidos de 1965 a 1979”, William da Silva-e-Silva apresenta os principais sujeitos envolvidos no processo de formação e desenvolvimento do grafite urbano contemporâneo e suas diferentes contribuições. Lembra que este foi um movimento cultural que nasceu nos Estados Unidos, sendo protagonizado e difundido no mundo pelos jovens, em sua maioria homens negros.

Este número da revista foi coordenado pelo doutor Otair Fernandes, professor do Departamento de Educação e Sociedade e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Otair Fernandes - Coordenador
Vânia Morales Sierra - Coeditora